



Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680) Póvoa de Varzim

Relatório da Avaliação Externa da Escola Secundária de Rocha Peixoto

III – Conclusões da Avaliação por Domínio

1. Resultados

É dito no relatório que no ensino secundário a taxa de abandono (deveria ser dita taxa de desistência), não apresenta uma tendência generalizada de diminuição. Esta afirmação enferma de várias insuficiências de análise que passam a ser referidas:

- é tirada uma conclusão única referente a um conjunto de três realidades diferentes (cursos de prosseguimento de estudos, cursos tecnológicos e cursos profissionais) que não se podem misturar;
- a conclusão é tirada com base numa média aritmética o que não é minimamente válido; acontecendo que a população de alunos em cada uma das três realidades já referidas (prosseguimento de estudos, tecnológicos e profissionais) é completamente diferente, só pode ser tirada uma ou mais conclusões após o cálculo de médias ponderadas;
- a taxa de desistência nos cursos de prosseguimento de estudos tem vindo sempre a descer;
- por decisão superior, no ano lectivo transacto, os cursos tecnológicos viram-se reduzidos ao Curso Tecnológico de Desporto, cuja frequência se caracteriza não por uma opção vocacional de alunos, com um historial curricular não muito famoso, mas por ser a única saída vislumbrada para tentar concluir o ensino secundário;
- ao nível do ensino profissional, o aumento de frequência nos dois últimos anos tem sido muito elevado, pelo que uma ligeira subida das percentagens de desistência não justifica a conclusão que é tirada;
- as anulações de matrícula, sobretudo no ensino profissional, não raras vezes significam a opção por outras escolas que entretanto abriram outros cursos da preferência dos alunos e que portanto não correspondem a desistências;
- o contexto económico e social referido na Caracterização da Escola passa ao esquecimento e não é tomado em conta quando se passa a falar nos resultados, contando apenas a frieza pouco fiável dos números.

É ainda dito que existe um défice de participação formal dos alunos, embora se reconheça a sua participação em projectos e actividades. Se entendermos como participação formal a participação nos órgãos da Escola em que estão representados, não percebemos como se chegou a essa conclusão. Os alunos estão no Conselho Pedagógico e no Conselho de Escola e existem assembleias de delegados. A não ser que se pretenda referir a existência sempre precária da Associação de Estudantes. Se assim for é bom referir que a Direcção da Escola tudo tem feito para encorajar a sua reactivação embora não lhe possa ser imputada nenhuma responsabilidade neste campo. É bom não esquecer que se trata de um organismo autónomo com estatutos e



Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680) Póvoa de Varzim

plano de actividades próprios. Será que a existência de uma Associação de Estudantes com um passeio anual e um baile de finalistas já indicaria um grau de participação formal aceitável?

No mesmo parágrafo é referida “a existência de um número significativo de incidentes críticos de natureza disciplinar” e que não se têm “verificado situações graves nos últimos anos”. Como é possível falar ao mesmo tempo em número significativo de incidentes críticos e na ausência de situações graves sem estar baralhado e sem baralhar os outros. Foi sempre muito bem explicado à equipa de avaliação externa como é que a Escola actuando ao nível das regras de comportamento básicas previne as situações disciplinares graves. Confundir regras de comportamento básicas com incidentes críticos de natureza disciplinar significa que, ou não esteve com atenção nas entrevistas, ou se esqueceu pura e simplesmente o que se ouviu, para olhar apenas para números que podem ser trabalhados à conveniência de cada um.

É de realçar ainda que a análise nunca deveria ser feita com base apenas no valor de um número concreto. É completamente diferente a interpretação a dar a 357 supostos casos e 50 processos disciplinares em três escolas diferentes com 500, 1000 ou 1500 alunos. O número só pode ser sujeito a uma análise entrando em conta com o número de alunos da Escola e com o número de dias de funcionamento anual. Portanto no caso da nossa Escola o “número significativo de incidentes críticos de natureza disciplinar” significam em termos práticos:

- 357 casos: 1 caso a cada 6 dias por cada 100 alunos

- 50 processos disciplinares: 1 processo a cada 50 dias por cada 100 alunos

Agora já é mais fácil perceber se temos uma Escola que possa ser apontada por questões de natureza disciplinar.

Esta é a forma honesta, e não formal, de trabalhar para evitar casos graves. Haveria outra forma de trabalhar que rejeitamos. Seria não agir sobre as regras comportamentais básicas, não elaborar documentação escrita e poderíamos ter formalmente uma escola “exemplar” em termos disciplinares.

2. Prestação do Serviço Educativo

A não definição de “metas claras e mensuráveis” é uma opção estratégica clara definida e aceite pelos diferentes órgãos da Escola. Portanto deve ser tomado como um ponto de partida para qualquer equipa de avaliação, em função do qual é feito o processo de avaliação. A equipa de avaliação não tem de dizer se na sua opinião a opção é correcta ou não e por consequência definir se isso é um ponto forte ou fraco da Escola. Tomando em consideração que os órgãos da Escola não concordam com a definição de metas quantitativas e pugnam continuamente por uma melhoria das condições e dos serviços prestados deve procurar concluir se os resultados da estratégia seguida são positivos ou não. Além do mais convém referir que nada na



Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680) Póvoa de Varzim

legislação obriga as escolas a definirem metas quantitativas para o que quer que seja. Convém também referir que uma escola não é a mesma coisa que uma empresa, embora haja processos que se entrecruzem, e que as matérias-primas e os produtos acabados que desenvolvemos são trabalhados em função de variáveis apesar de tudo mais complexas e mais difíceis de equacionar tecnicamente.

É referido que não existem “mecanismos generalizados e sistemáticos de observação e acompanhamento dos docentes em contexto de sala de aula”. Esta consideração vem ressuscitar um diploma de má memória, ligado à avaliação do pessoal docente, que depois de escalpelizado pelos professores e pelos mais diversos especialistas teve o destino da reciclagem, a partir do momento em que os próprios órgãos governamentais deixaram de ter base de sustentação para o defender. Portanto, não deixa de ser caricata esta tentativa de reanimação do defunto. Quem iria fazer estas observações e acompanhamento em contexto de sala de aula? Os coordenadores? Os delegados? Em que horas? Onde está a disponibilidade horária para isso?

É referido também que “não existe um plano formal de acompanhamento para a superação de eventuais dificuldades na relação pedagógica, ou de outros problemas de carácter didáctico”. Quando seria elaborado este plano? No início do ano? Para os professores que estão estabilizados na Escola? Ou será para os que chegam de novo? Será que a Escola tem o dom de conhecer quem nela vai ser colocado e se à partida tem necessidades deste tipo ou não?

Por outro lado a equipa de avaliação refere “a eficiência da coordenação e supervisão pedagógica garantidas pelas estruturas intermédias” e que “constituem domínios claramente assumidos pelas estruturas intermédias... a elaboração e aplicação de critérios de avaliação... a aplicação de testes de monitorização... e a análise dos resultados escolares”. Começa a ser difícil perceber a análise efectuada e com sentenças tão contraditórias dentro do mesmo capítulo não chegamos a perceber se a equipa de avaliação deu conta que a nossa Escola realmente manteve as estruturas intermédias, isto é, que apesar da criação dos mega departamentos, a Escola soube sabiamente manter os grupos disciplinares como forma privilegiada de superar dificuldades na relação pedagógica e resolver outros problemas de carácter didáctico. Apesar de ter sido referido, pensamos também que a equipa de avaliação se esqueceu que na nossa Escola, resultante da permanência dos grupos disciplinares, é já prática comum em vários deles os professores participarem em aulas de colegas, cooperando e dando apoio didáctico e pedagógico. Claro que isto não é um plano formal...

É referido que “ao nível interdepartamental, a articulação se evidencia inconsistente na promoção articulada dos programas e no combate ao insucesso”. Perante esta conclusão é necessário ir à origem das coisas. Porque foram criados os mega



**Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680)
Póvoa de Varzim**

departamentos? Para diminuir cargos, versus horas de redução e poupar em termos económicos. Convém referir que as reduções de custos nunca se deram muito bem com a eficiência pedagógica. Numa Escola como a nossa um coordenador de departamento é responsável por um número elevado de diferentes grupos disciplinares e na prática a sua disponibilidade é ocupada na tomada de decisões ao nível do Conselho Pedagógico e no estabelecimento da comunicação necessária entre este órgão e o seu departamento e vice-versa. A sua função, sendo importante, resume-se a tomar parte em orientações gerais, não tendo a mínima hipótese de se debruçar sobre questões mais específicas. Daí referirmos mais uma vez a opção acertadíssima de mantermos em funcionamento os grupos disciplinares. A articulação quer a nível intra-departamental quer a nível inter-departamental é assegurada pelos grupos disciplinares muito mais aptos a promover e desenvolver a articulação de programas, sem ter que recorrer à supra-estrutura.

É referido que “A Escola... disponibiliza uma diversidade de serviços e de modalidades de apoio, sem que, todavia, se conheça com rigor e objectivamente o impacto das mesmas no combate ao insucesso”. Há aqui uma tentativa de estabelecer uma relação causa efeito entre um serviço prestado e um possível resultado que não tem necessariamente que existir. Em primeiro lugar a Escola oferece os serviços e apoios com as horas que tem para gerir, não pagando a ninguém mais por isso. Em segundo lugar, a Escola se o faz, é porque pensa que os professores assim estão a prestar melhor serviço do que a fazer outras coisas. Em terceiro lugar, sendo uma actividade não obrigatória, a Escola pode estar a disponibilizar um serviço concreto para um universo possível de 100 alunos e só aparecerem 5. É por isso que vai deixar de o prestar, pois não vai ter relevância nos famigerados números? Em quarto lugar, quem pode garantir que o aluno teve sucesso ou não por causa daquele apoio ou por qualquer outro factor?

3. Organização e gestão escolar

É referido que não foi “... definido ainda, explicitamente, um plano interno de acompanhamento do desempenho profissional e da formação, para dar resposta às dificuldades sinalizadas”. Aqui a forma algo indefinida como a questão é colocada dá a sensação que a referência está de algum modo forçada no contexto do domínio avaliado e que há alguma confusão em relação aos papéis a desempenhar pelos diferentes actores envolvidos.

A primeira forma de analisar a questão, e a mais lógica, é considerar que a melhoria do desempenho profissional recorrendo à formação está entregue prioritariamente aos centros de formação de associações de escolas. Se for esse o entender da equipa de avaliação não se compreende o reparo. Todos os anos os grupos disciplinares e departamentos fazem o levantamento das suas necessidades em termos de formação,



Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680) Póvoa de Varzim

dados esses que são coligidos pelos representantes no Conselho Pedagógico e na comissão pedagógica do centro de formação. Essas necessidades podem ser satisfeitas ou não, de acordo com as prioridades definidas superiormente, as definidas pela própria comissão pedagógica e o financiamento aprovado pelo POPH para as candidaturas apresentadas pelos centros de formação.

A segunda forma de analisar a questão, que de algum modo transparece tendo em conta a maneira como é formulada, é que a melhoria do desempenho profissional recorrendo à formação seria uma prioridade e uma responsabilidade da Escola. Se o entendimento for este, então teremos que referir que a equipa de avaliação estará a avaliar com base noutro sistema educativo qualquer que não o nosso. Há várias razões para não considerar válida esta análise:

- É consensual que a formação envolvendo profissionais de vários estabelecimentos é positiva;
- Esta razão e a viabilização de muitas formações, tendo em conta o número mínimo de formandos que as acções devem envolver, levou à constituição dos centros de formação de associações de escolas;
- Inclusivamente há dois anos foi tomada superiormente a decisão de fundir centros, passando a haver centros inter-concelhios;
- As escolas não têm disponibilidade orçamental para promover formação;
- As escolas não podem candidatar-se isoladamente ao financiamento e teriam enormes dificuldades em aceder à creditação das acções de formação;
- A creditação das acções é fundamental para que os profissionais possam prosseguir na carreira.

Convém referir que nos últimos dois anos se verificou um desinvestimento evidente no financiamento da formação, manietando em muitos aspectos o funcionamento dos centros de formação. Para piorar as coisas, no último ano foram investidas verbas significativas, a nível nacional, na formação de órgãos de gestão e professores titulares de cargos, tendo em vista um sistema de avaliação de professores que, passado pouco tempo se mostrou completamente desadequado, acabando por sucumbir. Como é evidente a responsabilidade das escolas foi nula.

A análise anterior não invalida que todos os anos a Escola organize diferentes colóquios, seminários, encontros, etc., tendo sempre por objectivo a melhoria do desempenho profissional. Bastaria percorrer os planos de actividades da Escola para os encontrar.

Referindo-nos concretamente à melhoria do desempenho profissional e à formação do pessoal não docente a situação é bastante mais precária, não podendo ser assacada qualquer responsabilidade à Escola. A redução sucessiva de funcionários sem que haja substituição faz com que a formação só possa ter lugar em períodos de interrupção



Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680) Póvoa de Varzim

das actividades lectivas, desde que haja formação aprovada e financiada. Para além disso tornou-se vulgar nas escolas tentar suprir as necessidades de pessoal recorrendo aos programas ocupacionais do I.E.F.P.. Isso faz com que, de cada vez mais as escolas sejam obrigadas a investir em formação informal, absolutamente desperdiçada, porque passados alguns meses o trabalhador vai embora, entrando um novo que vai exigir à Escola exactamente o mesmo esforço de formação. Nestas condições como é que se melhora o desempenho profissional?

4. Liderança

Começamos por referir mais uma vez que não aceitamos uma avaliação negativa da ausência de definição de metas quantificáveis. Tratando-se de uma opção estratégica da Escola não tem que ser avaliada. Só poderão ser avaliadas as consequências da opção tomada.

Há mais dois aspectos que merecem uma reflexão, pois dão a entender a quem lê o texto que estamos em presença de dois relatórios elaborados por duas pessoas diferentes.

É referido que "... ainda não se revela notória, nos diferentes documentos estruturantes da sua actividade, a definição, hierarquização e calendarização dos objectivos...".

No entanto no domínio Resultados é referido:

"A Escola preocupa-se em promover um espírito de corpo e sentido de pertença..."

"A valorização e o impacto das aprendizagens são factores determinantes para a diversificação da oferta educativa/formativa."

No domínio Prestação do Serviço Educativo é referido:

"... a abrangência e diversidade da oferta educativa e a aposta em projectos e actividades de índole social, desportivo, científico, cultural e artístico."

No domínio Organização e Gestão Escolar é referido:

"... o planeamento de uma oferta educativa/formativa diversificada procura dar resposta a diferentes necessidades e expectativas."

"O Projecto Educativo expressa claramente que a Escola deverá ser uma "Escola de Todos para Todos" orientando a sua actividade para a promoção da qualidade, da solidariedade, da integração, da cidadania e da democracia."

"A direcção aposta numa gestão maximizada dos recursos humanos, assente nas competências pessoais e profissionais..."

"A Escola manifesta iniciativa de angariação de receitas próprias."

"Os princípios de equidade e justiça têm expressão no Projecto Educativo..."

No próprio domínio Liderança é referido:



**Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680)
Póvoa de Varzim**

“... tem vindo a estabelecer uma multiplicidade de parcerias e protocolos com instituições públicas e privadas que concorrem para a concretização do seu Projecto Educativo...”

Como é que toda esta panóplia de referências pode encaixar com a sentença proferida acima?

É referido “...embora nem sempre com sucesso (a mobilização) junto dos alunos no que concerne à participação na vida escolar...”.

A novidade em relação à referência já feita anteriormente é que desta vez nem sequer se fala na participação formal, o que realça a incoerência da sentença.

No domínio Resultados é referido:

“... com o envolvimento (dos alunos) em projectos/actividades com impacto no seu desenvolvimento cívico.”

No domínio Prestação do Serviço Educativo é referido:

“O envolvimento e conseqüente reconhecimento do trabalho e mérito dos alunos têm contribuído para a promoção de uma cultura de exigência e de crescente profissionalismo.”

Mais uma vez se pergunta como é que estas frases podem encaixar com a primeira sentença.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

As considerações tecidas pela equipa de avaliação neste domínio dão a entender que não foi percebida muito bem a fase em que o processo se encontra na nossa Escola, possivelmente em resultado do tempo reduzido em que foi efectuada a avaliação.

Toda a avaliação feita parte do princípio de que o processo de auto-avaliação já se encontra implementado. Ora o que se passa é que o processo está em fase progressiva de implementação e portanto a avaliação tem de ser diferente.

Quando a equipa de avaliação fala na comissão refere a falta de representatividade de outros sectores da comunidade educativa. Esta observação seria justa se estivesse a falar num processo já implementado. No entanto está a falar simplesmente na comissão de recolha, tratamento e sistematização dos dados e sendo assim não se justifica a tal representatividade pretendida.

A fase seguinte em que a Escola já avançou foi na elaboração de um guião conceptual e metodológico.

Numa próxima fase será então constituída uma comissão, que nada terá a ver com a comissão de recolha de dados, em que estarão representados outros sectores da comunidade educativa. Esta comissão terá competência para fazer a análise dos dados, identificar pontos fortes e fracos e propor aos órgãos competentes planos de melhoria.



Escola Secundária de Rocha Peixoto (402680)
Póvoa de Varzim

A Escola prefere demorar mais algum tempo e fazer um trabalho consistente neste campo.

É referido que a comissão de recolha de dados evidencia a mobilidade dos docentes. Isto sabe-o a Direcção da Escola perfeitamente. E como se evita? Num organismo com a diversidade de cargos e funções como tem uma escola secundária e em que os professores são eleitos democraticamente para os cargos representativos e designados para cargos não elegíveis em resultado da sua situação profissional, a presença na comissão depende sempre da disponibilidade da componente não lectiva. Estes factores provocam invariavelmente mudanças impossíveis de evitar.